

Clipping Diário

TJPI



23.08.2018




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	23.08.2018	-	-

INFORME T PIAUÍ
asscomtjpi@gmail.com
Foto: Divulgação



1º grau já são 13 CEJUSCS funcionando em Teresina e no interior

INOVAÇÃO
O Presidente do TJ-PI, Desembargador Erivan Lopes, deu posse ao Desembargador Ribamar Oliveira como Coordenador do CEJUSC de 2º grau. O objetivo é viabilizar acordos nos processos de 2º grau, como as inúmeras liminares pedindo à Justiça que determine que o Estado forneça determinados tipos de medicamentos.

DETERMINAÇÃO
de Teresina, onde os apenados começaram a trabalhar hoje, dia 14/08 e foi realizada pela empresa Servfaz, que realizou a seleção final dos apenados, a partir de lista com quatro nomes encaminhada pela equipe multidisciplinar da VEP.

DEDICAÇÃO
O TJ-PI realiza até a sexta-feira 24/08 a 11ª Semana Justiça Pela Paz em Casa. Um esforço conjunto para julgar processos envolvendo violência doméstica e familiar. Durante toda a semana devem ser realizadas mais de 800 audiências de instrução e julgamento, além de ações educativas e preventivas da violência contra a mulher.

AUXILIARES
Aconteceu no TJ-PI Audiência Pública para escolha do local de atuação dos novos Juízes Leigos e Conciliadores aprovados na última Seleção Pública para preenchimento de vagas na capital e interior. A escolha das lotações dar-se-á obedecendo a ordem de classificação dos candidatos. Os candidatos ausentes serão lotados a critério da Administração. Os novos juízes leigos e conciliadores serão lotados nos Juizados Cíveis e Criminal de Teresina – Zona Leste 2 (Unidade IX), Zona Centro 1 (Unidade I) e na FAETE.

ATENÇÃO
As inscrições para o Curso de Consequências Econômicas das Decisões Judiciais encerram dia 31 de agosto. O curso será realizado pela Escola Judiciária do Piauí – Ejud/PI, nos dias 19 e 20 de setembro. O objetivo central do curso é oferecer aos alunos a atual discussão sobre a relação entre Direito e Economia (Law and Economics) na análise de instituições, institutos jurídicos e áreas específicas do direito, assim como proporcionar ferramental e método de análise da teoria econômica aplicada ao fenômeno jurídico através de estudo de casos práticos.

PODER

TECNOLOGIA
A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí (CGJ-PI) apresentou a instituição integrante do sistema de Justiça a ferramenta que viabiliza atos judiciais por videoconferência no âmbito do primeiro grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI). A utilização de sistema de videoconferência para a realização de atos judiciais é regulamentada pelo Provimento nº 10/2018, da CGJ-PI.

ESTÁGIO
Mais de 1.600 estudantes concorreram às vagas de estágio no TJ-PI. As provas foram realizadas no período da manhã nos municípios Teresina, Corrente, Floriano, Parnaíba, Picos e Piri-piri. Os cadastros reserva são para estudantes de Administração, Biblioteconomia, Comunicação, Ciências Contábeis, Direito, Psicologia, Informática e Serviço Social. Resultado final sai em breve.

PLANEJAMENTO
Vinte e cinco Tribunais Estaduais de Justiça participaram do V Encontro da Justiça Estadual, realizado no auditório do TJ-DF. O objetivo principal do encontro foi a construção de uma proposta de Metas Nacionais para o ano de 2019. O Juiz Auxiliar da Presidência, Manoel Dourado e o servidor da Secretaria de Gestão Estratégica, Paulo Rodrigues, representaram o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí nesse processo participativo de construção das Metas Nacionais.

EXEMPLO
O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), sob a Presidência do Desembargador Erivan Lopes, dá mais uma contribuição para a reinserção social de pessoas condenadas por crimes, cumprindo o que estabelece a Lei Estadual nº 6.344, ao receber, para trabalhar como auxiliares de informática de empresa terceirizada, dois apenados. A contratação foi solicitada ao Desembargador Erivan Lopes pela Vara de Execuções Penais – VEP,

APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL SERÁ UMA DAS METAS PARA 2019




Foto: Divulgação

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	23.08.2018	-	-

IMEDIATAMENTE

Desembargador manda Governo pagar reajuste e professores voltarem às aulas

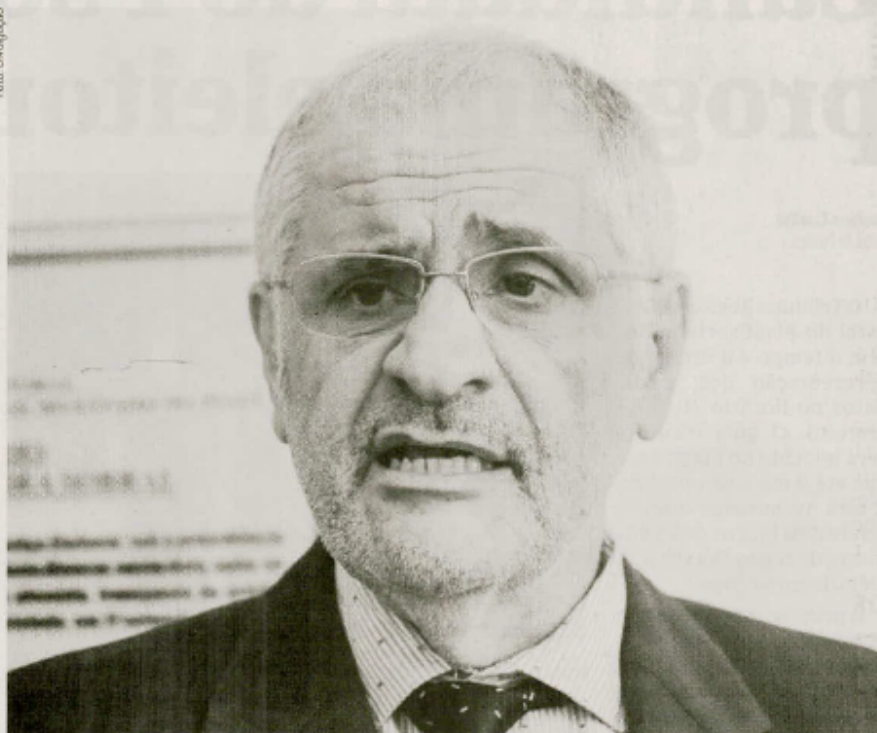
Wellington Dias pagará multa se descumprir a decisão

Foto: Divulgação

O desembargador Joaquim Santana Filho despachou em dissídio coletivo entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação e o Governo do Estado determinando o pagamento do reajuste de 6,81% nos salários dos professores e ainda que os professores retornem imediatamente a sala de aula, por conta de prejuízo os estudantes da rede estadual de ensino.

Na decisão, Joaquim Santana considera o aumento de 6,81% para os professores no mês de agosto e 3,15% de aumento para o pessoal de apoio técnico administrativo, sendo as diferenças a serem pagas na folha do mês de setembro. Os pagamentos devem ser efetivados até o final do mês. Ele reconsiderou a decisão anterior.

Para evitar o prejuízo aos alunos, o desembargador determinou o imediato retorno dos professores às salas de aula e os demais profissionais aos seus postos, pondo fim ao movimento grevista,



Joaquim Santana disse que alunos estão tendo prejuízo e devem reiniciar às aulas

sob pena de multa de R\$ 15 mil por dia e os descontos dos dias não trabalhados.

E na decisão o magistrado ainda dobra a multa que tinha sido aplicada ao Estado de R\$ 15 mil se não fizesse o pagamento do reajuste. A multa de R\$ 30 mil

é para ser aplicada ao governador Wellington Dias e não ao Estado, em caso de descumprimento das obrigações do Estado no que diz respeito aos pagamentos relativos aos meses de agosto e setembro.

O Sindicato dos Traba-

lhadores em Educação foi notificado da decisão e disse que avaliaria o cumprimento, se o governo efetivasse o pagamento do reajuste em questão. Os professores consideram que ainda é possível recuperar o ano letivo, com a reposição de aulas.